
“AQUELE QUE NÃO SABE, PODE SABER PELA APRENDIZAGEM”¹: NEABI/UFAC E A PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL

"THOSE WHO DON'T KNOW CAN KNOW THROUGH LEARNING"
NEABI/UFAC AND THE PROMOTION OF RACIAL EQUALITY

LOS QUE NO SABEN PUEDEN SABER APRENDIENDO": NEABI/UFAC Y
LA PROMOCIÓN DE LA IGUALDAD RACIAL

JARDEL SILVA FRANÇA²

<http://lattes.cnpq.br/4052689310655127>

<https://orcid.org/0000-0002-2449-3298>

FLÁVIA RODRIGUES LIMA DA ROCHA³

<http://lattes.cnpq.br/6741665707188813>

<https://orcid.org/0000-0002-2399-4795>

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo mapear as atividades antirracistas desenvolvida pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac), tendo como baliza cronológica de 2008 a 2020. Usamos como pilar teórico produções dos membros do núcleo: Rocha e Braga (2016), Silva, Rocha e Martins (2022); Fernandes e Albuquerque (2020), para refletirmos e a respeito de práticas pedagógicas de cunho racista e pensarmos em práticas educativas antirracista; França e Albuquerque (2021) e Rocha, Silva e Martins (2022), nos permitiu pensar o Neabi como um espaço de articulação de estratégias educativas, sociais e culturais para se construir uma Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER). Desse modo, realizamos uma cartografia temática (Oliveira, 2009) das ações desenvolvidas pelo núcleo, perpassando os pilares da universidade: ensino pesquisa e extensão. Como resultado, o levantamento dessas produções fora de suma importância para compreendermos que a ERER, materializadas em seus eventos, formações, orientações, publicações, tanto em anais de eventos, periódicos científicos como na organização de livros, demonstram que o Neabi/Ufac é um potencializador de criação e implementação de políticas públicas de promoção de igualdade racial na universidade e na educação básica.

Palavras-Chave: Neabi/Ufac; Políticas de igualdade racial; Educação das Relações Étnico-Raciais.

¹ Esse título faz referência ao Adinkra “Nea Onnim No Sua A, Ohu” (Dybox, 2016), simbologia que transmitem provérbio e conhecimentos de povos habitantes dos países de Gana e Costa do Marfim. Tal emblema é a representação visual do Neabi/Ufac.

² Professor de História da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes do Estado do Acre. Mestre em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (PPGLI/ Ufac). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: jardelfranca2509@gmail.com.

³ Professora Adjunta da Universidade Federal do Acre, lotada na área de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Doutora em Educação da Universidade Federal do Paraná. Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac). E-mail: flavia.rocha@ufac.br.

ABSTRACT: The aim of this paper is to map the anti-racism activities developed by the Center for Afro-Brazilian and Indigenous Studies at the Federal University of Acre (Neabi/Ufac), using 2008 to 2020 as a chronological benchmark. We used productions by members of the center as a theoretical pillar: Rocha and Braga (2016), Silva, Rocha and Martins (2022); Fernandes and Albuquerque (2020), to reflect on and respect racist pedagogical practices and think about anti-racist educational practices; França and Albuquerque (2021) and Rocha, Silva and Martins (2022), allowed us to think of Neabi as a space for articulating educational, social and cultural strategies to build Education for Ethnic-Racial Relations (ERER). In this way, we carried out a thematic mapping (OLIVEIRA, 2009) of the actions developed by the center, covering the pillars of the university: teaching, research and extension. As a result, the survey of these productions was extremely important for us to understand that ERER, materialized in its events, training, guidance, publications, both in annals of events, scientific journals and in the organization of books, demonstrates that Neabi/Ufac is an enabler of the creation and implementation of public policies to promote racial equality at the university and in basic education.

Keywords: Neabi/Ufac; Racial equality policies; Education for Ethnic-Racial Relations.

RESUMEN: El objetivo de este trabajo es mapear las actividades antirracistas desarrolladas por el Centro de Estudios Afrobrasileños e Indígenas de la Universidad Federal de Acre (Neabi/Ufac), tomando como referencia cronológica los años 2008 a 2020. Utilizamos como pilar teórico las producciones de los miembros del centro: Rocha y Braga (2016), Silva, Rocha y Martins (2022); Fernandes y Albuquerque (2020), para reflexionar y respetar las prácticas pedagógicas racistas y pensar prácticas educativas antirracistas; França y Albuquerque (2021) y Rocha, Silva y Martins (2022), nos permitieron pensar Neabi como un espacio de articulación de estrategias educativas, sociales y culturales para la construcción de la Educación para las Relaciones Étnico-Raciales (ERER). De esta forma, realizamos un mapeo temático (Oliveira, 2009) de las acciones desarrolladas por el centro, abarcando los pilares de la universidad: enseñanza, investigación y extensión. Como resultado, el relevamiento de estas producciones fue de suma importancia para que comprendiéramos que el ERER, materializado en sus eventos, capacitaciones, orientaciones, publicaciones, tanto en los anales de eventos, revistas científicas como en la organización de libros, demuestra que Neabi/Ufac es un facilitador de la creación e implementación de políticas públicas de promoción de la igualdad racial en la universidad y en la educación básica.

Palabras-Clave: Neabi/Ufac; Políticas de igualdad racial; Educación en relaciones étnico-raciales.

INTRODUÇÃO

O texto que aqui se apresenta tem como objetivo mapear as atividades antirracistas desenvolvidas pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre (Neabi/Ufac), desde sua gênese. Desse modo realizaremos uma cartografia temática (Oliveira, 2009) das ações desenvolvidas pelo núcleo.

Por isso, busca-se, nesse momento, dialogar com as políticas de promoção de igualdade racial, tomando como recorte as especificidades das temáticas étnico-raciais, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sobretudo por meio de seu artigo 26-A, inserido em 2003, com a Lei n. 10.639, que instituiu a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica, ampliada com a Lei 11.645/2008, de História e Cultura Indígena, e na exigência destas temáticas em cursos de graduação.

Ao observarmos como estes conteúdos passaram a ser incorporados às propostas formativas na Ufac, destacam-se, como marco divisório, a oferta de três cursos. O primeiro deles, uma especialização em História e Cultura Afro-brasileira e Africana, ofertada entre dezembro de 2013 e março de 2015, com 35 concluintes. Na sequência, em 2015, a oferta de dois cursos de aperfeiçoamento, Uniafro: política de promoção da igualdade racial na escola, que contaram com a participação, respectivamente, de 70 e 33 alunos concluintes.

Tanto a especialização como o aperfeiçoamento fizeram parte de uma cartela de cursos do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior (Uniafro) organizados em parceria pelas Secretarias de Educação Superior (SESu/MEC) e de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC).

Vale destacar que a especialização foi pensada em um momento muito importante para o Movimento Negro, a comemoração dos 10 anos de aprovação da Lei n. 10.639/2003. Apesar de ter tido resultado satisfatório, a ação não recebeu repasse do Governo Federal, impedindo a continuidade da oferta em formato de especialização.

Contudo, por força de vontade do corpo docente da especialização – em sua maioria ativista do Movimento Negro –, foi planejado uma nova edição, no formato de aperfeiçoamento, na condição de atividade de extensão universitária. Nesse novo formato, foi possível abranger um público-alvo que considerou tanto discentes em formação como participantes de outras áreas do conhecimento, a fim de capacitá-los para a temática das relações étnico-raciais, bem como romper com a perspectiva educacional vigente em nossos

Cadernos de Orientação Curricular que, em sua essência, inferiorizam o negro, colocando-o sempre na condição de submisso, pertencente apenas ao período colonial do Brasil, tendo sua existência marginalizada.

A Uniafro, entidade importante para o desenvolvimento dessas ações em escala nacional, foi produto de acordo de cooperação entre os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (Neabs) (e grupos correlatos) e o Ministério da Educação, visando estimular a produção e associá-la à difusão sobre a temática étnico-racial para pesquisas, ensino e extensão, vinculando-as ao ingresso e permanência das população afro-brasileira nas instituições de ensino superior (Gomes, 2009).

É parte desse processo a criação na Ufac do Laboratório de Pesquisa da Área de História: Observatório da Discriminação Racial (LabODR), organizado em 2016, que funcionou como embrião para o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi/Ufac). A respeito do LabODR, Carmo (2021) afirma:

Criado no ano de 2016, por proposta do Fórum Permanente de Educação Étnico-Racial do Estado do Acre em parceria com a Universidade Federal do Acre – Ufac, o atual LabODR/Ufac possui como objetivo a investigação e combate de práticas discriminatórias racistas no âmbito da Educação Básica, pode-se afirmar que o Laboratório de Discriminação Racial da Universidade Federal do Acre é uma conquista do Movimento Negro Acreano em âmbito institucional e educacional, fruto de lutas que antecedem a implantação do dispositivo legal que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira na Educação Básica. (Carmo, 2021, p. 54).

O LabODR, enquanto referência de pesquisa, desde sua criação tem o objetivo de promover a articulação entre os coletivos sociais ligados ao Movimento Negro do Estado do Acre e a Universidade Federal do Acre, pois os debates, diálogos concatenados dentro desse espaço tendem a repercutir na sociedade acreana, contribuindo para a constituição de políticas promotoras de igualdade racial, a partir da sua legitimação enquanto espaço produtor de saberes.

Alguns dos resultados investigativos desenvolvidos pelo LabODR podem ser estimados no trabalho de Silva, Rocha e Martins (2022) O uso do *blackface* como prática pedagógica nos anos iniciais da educação básica, fruto de pesquisas realizadas pelo LabODR/Ufac, nos anos 2018-2022, que realizou um mapeamento em 39 escolas do estado do Acre a respeito de práticas pedagógicas que utilizam o *blackface*. Esse estudo contemplou os municípios de Rio Branco, Bujari, Senador Guiomard, Brasiléia e Epitaciolândia.

A partir dos dados coletados, os pesquisadores concluíram que “Cerca de 13% dos professores afirmam que fazem ou que a escola aplica o blackface em suas práticas pedagógicas” (Silva; Rocha; Martins, 2022, p. 157). Essas práticas sinalizam que os docentes ainda possuem uma ideia racista – mesmo que não a percebam dessa forma – do que é trabalhar educação das relações étnico-raciais e o protagonismo negro. Conforme relatou um dos docentes, “na escola em que ele atua se pratica blackface e se orgulha de tal prática, acreditando que ela representa uma prática pedagógica moderna e inovadora, portanto, útil ao processo de ensino e aprendizagem e quiçá ao cumprimento da lei 10.639/2003” (Silva; Rocha; Martins, 2022, p. 157).

Em uma outra iniciativa, Rocha e Braga (2016), ao apresentarem os resultados de sua investigação, “Os reflexos do preconceito na escola e suas influências na aprendizagem do aluno”, realizada na Escola de Ensino Fundamental José Sales de Araújo, localizada no município de Rio Branco, por meio de observações nas salas de aula, intervenções pedagógicas e oficinas com estudantes e professores, destacaram que alunas e alunos negros apresentam mais dificuldades de aprendizagem. No estudo, as autoras apresentam os fatores econômicos e sociais que, agregados à cor, constroem o perfil dos “indisciplinados” da escola.

os alunos negros e pobres são os que mais tem dificuldade de aprendizagem, os que são mais indisciplinados e são alvos de discriminação por parte dos colegas, comunidade escolar e principalmente dos professores, discriminação essa que pode gerar transtornos por toda sua trajetória escolar (Rocha; Braga, 2016, p. 14).

Essas e outras pesquisas, que têm como objeto as formas de manifestação do racismo no ambiente escolar, apontam para pelo menos dois aspectos a serem considerados para compreender a perpetuação do racismo: a educação dos professores que estão atuando em sala de aula e a falta de consciência étnico-racial.

As pesquisas mencionadas demonstram a complexidade das ações a serem desenvolvidas, que incorporam o conhecer a realidade escolar como parte do processo de formação e proposição de políticas públicas.

É neste contexto que dois anos depois, em 2018, a partir de uma proposta feita pelo Fórum Permanente de Educação Étnico-Racial do Acre (FPEER/AC) ao Conselho Universitário da Ufac, foi aprovada, por meio da Resolução n. 048/2018, a criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab). Meses depois, com a inserção de representantes de comunidades indígenas, foi acrescentada a letra “I”, de indígena, sendo então por meio da Resolução n. 044/2019 que o grupo passou a ser nomeado Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi). Segundo Rocha, Silva e Martins:

Os Neabs/Neabis, incluindo o Neabi/Ufac, têm buscado estudar e discutir de que maneira o ensino superior, na medida em que é um espaço científico, educativo e político, tem superado o padrão desigual e discriminatório das relações étnico-raciais no seu ambiente cotidiano (Rocha; Silva; Martins, 2020, p. 619).

França e Albuquerque (2021, p. 10) compreendem tal organização como “espaço possibilitador de diferentes reflexões sobre as várias identidades ali construídas, pois aqueles sujeitos que lá estão seguem com um mesmo objetivo: o de arquitetar uma sociedade antirracista, na qual todos possam ter gozo pleno dos seus direitos.”

Em função desta construção social antirracista é que verificamos a repercussão das pautas de movimentos sociais sobre as instituições de ensino superior, a exemplo dos processos desenvolvidos no interior da Ufac, entre eles, a reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação, de forma a incorporar temas, assim como autoras e autores, que possibilitem formação e produção científica renovada, fundada em uma perspectiva decolonizadora de saberes há muito consolidados no meio acadêmico. Neste caso, vale aludir a demanda feita pelo movimento negro acreano, nos recordando que:

O Movimento Negro, assim como outros movimentos sociais, teve e tem importante papel social e político, dando voz a pautas que antes não eram ouvidas, assumindo o papel de ressignificar e politizar conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social a qual a população negra insere-se, e principalmente, o de resistência desses indivíduos (Carmo, 2021, p. 54).

Pensar e sistematizar ações de resistência requer espaços de intensos debates, nos quais possam ser articuladas atividades, propostas de políticas públicas a serem incorporadas pelas diferentes instâncias do Estado de forma que repercutam sobre a sociedade como um todo. É dentro desse contexto de organização que vão surgir espaços, núcleos de pesquisa e estudo sobre a temática do(a) negro(a) em várias instâncias sociais.

NEABI / UFAC COMO ESPAÇO DE REFLEXÃO CRÍTICA E AÇÃO

O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) é um grupo de pesquisa e também uma unidade administrativa que compõe o organograma da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da Ufac. Trata-se de procedimento único e diferente dos demais grupamentos de pesquisadores vinculados à instituição. Vale ressaltar que ações como a especialização *lato- sensu* em História e Cultura Afro-brasileira e Africana, especialização Uniafro: Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola, assim como o Laboratório da

Observatório da Discriminação Racial (LabODR), cujas ações são descritas neste capítulo, foram etapas embrionárias para a criação do grupo de pesquisa Neabi/Ufac.

Pensar o Neabi é pensar um “espaço seguro”⁴, em um lugar a partir do qual são travadas constantes lutas e reflexões acerca de políticas de promoção de igualdade racial. Sua construção enquanto instituição fomentadora de políticas públicas em prol da população negra e indígena, e também como um local de resistência e denúncia, não se dá a partir da promulgação da Lei 10.639/2003, remontando, como observado anteriormente, aos primórdios da colonização portuguesa no Brasil.

Compreender a importância de organizações como os grupos de pesquisa denominados de Núcleos de Estudo Afro-brasileiros (Neab) ou Afro-Brasileiros e Indígenas (Neabi) ou correlatos, implica também em entender o contexto social em que surgem, o papel que desempenham e suas repercussões. Conforme Rocha, Silva e Martins (2020, p. 619),

é inegável a importância dos Neabs/Neabis para a ruptura da herança colonizadora que estrutura a sociedade brasileira, incluindo seus sistemas de ensino, questiona-se a dogmática ciência colonial quando da inclusão de novos saberes e de novos sujeitos do conhecimento, por meio de suas pesquisas, formações, publicações e de outras ações por eles/elas realizadas, desafiando assim o currículo eurocêntrico e racista, frente à crescente legislação que defende o direito à diferença, desconstruindo-se assim o ensino monocultural e acolhendo novos personagens sociais em suas diversas experiências.

Assim, se até aqui se dialogou a respeito dos caminhos que levaram à fundação destas unidades de pesquisa, ensino e extensão, reunidas no Consórcio de Neabs, Neabis e Grupos Correlatos (CONNEAB's)⁵ e vinculados a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN)⁶, há de ser feito um recorte específico para a realidade acreana, onde se insere o objeto do presente trabalho.

Carmo (2021), ao historicizar a população do Acre, recorda serem nossas raízes fundadas nos povos nativos que aqui habitam e habitaram, acrescidos também de

⁴ Patricia Hill Collins (2019) compreende esses espaços seguros como espaços possibilitadores de articulação social, política e econômica das formas de (re)existências contra objetificação dos corpos e mentes da população negra.

⁵ O CONNEAB's foi instituído em 2004, a partir do III Congresso de Pesquisadores Negros e Negras, que foi realizado no Maranhão, um ano após a promulgação da Lei n. 10.639/2003. Com a finalidade de fazer acompanhamento, avaliação, subsidiando e estimulando de modo multidisciplinar e interinstitucional as bases nacionais para implementação da educação das relações étnico-raciais. De tal modo, promovendo reuniões nacionais e regionais dos grupos de pesquisas a fim de estimular estes procedimentos.

⁶ Associação de Pesquisadores Negros e Negras constituído no ano de 2000, objetivando a divulgação e produção de trabalhos que tratem da temática étnico-racial, bem como a defesas de espaço de pesquisas que estudam a situação do negro no Brasil.

imigrantes de várias partes do país estabelecidos em solo acreano em busca de melhores condições de vida. Logo, o Movimento Negro local, assim como o nacional, se constituiu com a intenção de dar visibilidade e trazer à baila social temáticas outrora não discutidas, ressignificando conceitos, corpos e mentes, almejando as mudanças nas estruturas sociais, a fim de que todos os indivíduos pudessem gozar de plenos direitos e deveres, que lhe passaram a ser assegurados pela Constituição Federal de 1988.

Assegurar cidadania para a população negra é uma das principais pautas do Movimento Negro brasileiro em âmbito nacional e local, ofertar qualidade de vida, acesso a saúde e educação de qualidade, além dos direitos básicos de proteção a pessoa, assegurados na constituição, foram bandeiras de luta muito levantadas e consolidadas no contexto legal a base de muito esforço e reivindicações dos sujeitos que constituem o Movimento Negro no Estado (Carmo, 2021, p. 43).

É no interior dessa conjuntura que Neabi/Ufac se constituiu pelo esforço associado de professoras e estudantes cujas trajetórias já se encontravam marcadas pela militância educacional (nos quais me incluo, como produto do aperfeiçoamento Uniafro) e das pesquisas assentadas no Observatório da Discriminação Racial, em 2018. Tal como já mencionado antes, o Núcleo mantém dupla identidade, pois, tanto é órgão suplementar do organograma institucional da Ufac quanto grupo de pesquisa registrado no diretório dos grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Entretanto, o mais significativo é pensar o Neabi/Ufac como “uma proposta do movimento negro acreano associado ao movimento negro acadêmico” que se constituiu como espaço destinado à reflexão “sobre as atividades e a maneira como elas têm alcançado não apenas a comunidade acadêmica, mas também comunidades não-acadêmicas” em meio a um movimento voltado a promover a “reeducação das relações étnico-raciais para além dos bancos universitários” (Rocha; Silva; Martins, 2020, p. 619-620).

Sua força decorre não apenas das temáticas étnico-raciais, mas também do poder aglutinador representado no seu quadro de pesquisadores(as), como um reflexo da contemporaneidade e de suas ações:

Neabi/Ufac como constitutivo deste movimento negro contemporâneo brasileiro, inclusive dentro do movimento negro educador, que busca em suas ações reeducar e emancipar a sociedade a si próprio e ao Estado, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil (Rocha; Silva; Martins, 2020, p. 621).

Para tanto, há que se ressaltar a potência numérica e produtiva do Neabi/Ufac composto atualmente do quantitativo de 54 integrantes cadastrados, dentre as quais 08 com doutorado, 01 doutorando, 11 mestres, 06 mestrandos, 01 especialista, 08 pós-graduando *stricto sensu*, 01 graduado, 14 graduados e 03 de outros níveis formativos. Trata-se de uma composição humana que transpõe fronteiras geográficas (dada a presença de pesquisadores de diferentes estados), etárias (já que os mais jovens não atingiram a maioria e os mais maduros se avizinham de meio século), de gênero, e de vínculo com a Ufac.

As linhas de pesquisa do Núcleo são *História e Cultura Africana e Afro-Brasileira*, *História e Cultura Indígena*, *Língua(gens)*, *identidades e culturas afro-brasileiras e indígenas* e *Educação das Relações Étnico-Raciais*. O presente trabalho se insere nesta última, mantendo diálogo com as premissas de uma “sociologia das ausências”, proposta pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2007, 2009, 2018). Dessa forma, faz-se necessária a conversão das definições sociológicas em conceitos pedagógicos de forma que possam ser utilizadas “para refletir sobre as ações do Neabi/Ufac” contribuindo com a compreensão sobre:

como estas têm buscado a produção das pedagogias das ausências e das emergências através da produção coletiva de conhecimentos outrora silenciados e marginalizados, ausentes no contexto do ensino oficial e da educação formal, mas que precisam e podem emergir por meio de ações antirracistas que promovam e valorizem as pluralidades dos saberes e dos sujeitos do conhecimento (Rocha; Silva; Martins, 2020, p. 621).

Estes múltiplos e variados “saberes”, “sujeitos” e objetos se apresentam nas ações de ensino, pesquisa e extensão do Neabi/Ufac. É parte dessas ações as parcerias com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(a) (ABPN), Secretaria de Estado de Educação e Esporte do Estado do Acre (SEE/AC). Sendo o Neabi/Ufac segmento do Consórcio Nacional de Neabs e Grupos Correlatos (CONNEABs), tomando parte nos encontros a cada biênio do Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as) (Copene) e incumbido de sediar, no ano de 2023, o Congresso de Pesquisadores(as) Negros(as) da região Norte.

O Núcleo atua em várias frentes em prol de uma educação antirracista, não se atendo apenas ao campo acadêmico, utilizando dos meios digitais para fomentar e divulgar as produções desenvolvidas na universidade.

Apresentaremos algumas das ações desenvolvidas pelo Neabi/Ufac de 2007 a 2020. As atividades organizadas pelo núcleo giram em torno dos pilares da universidade: ensino,

pesquisas e extensão, não sendo compreendidos como únicos e isolados, mas como movimentações fluídas, onde em diferentes momentos esses sustentáculos universitários se encontram e se distanciam. É importante destacar que as ações do Neabi/Ufac são desenvolvidas, em sua maioria, sem o financiamento institucional, por pesquisadores, professores, discentes e movimentos sociais, engajados na luta por uma sociedade antirracista.

ENSINO PROMOTOR DE IGUALDADE RACIAL

As questões relacionadas ao ensino estão sob responsabilidade da Coordenadoria de ensino, que busca auxiliar as demandas sociais e educacionais da universidade, articulando parcerias com os diferentes segmentos da sociedade, movimentos sociais, negros, indígenas, docente, discentes em prol da promoção de uma educação antirracista. Integra seus projetos e atividades a formação e(ou) confecção de materiais didáticos orientados para a educação e relações étnico-racial. Alguma das ações desenvolvidas pelo núcleo são:

O projeto Em favor da aplicabilidade da Lei 10.639/2003 na Educação Básica, que foi uma ação desenvolvida fruto dos debates provocados pelo Curso Uniafro: política de promoção de igualdade racial na escola, ofertado na Ufac entre 2013 e 2016, e que objetivou capacitar os profissionais da educação em Educação das Relações Étnico-Raciais. Este projeto foi pensando como possibilitador da aplicabilidade da Lei n. 10639/2003 através do desenvolvimento de intervenções pedagógicas realizada pelos ex-alunos Uniafro em escolas de educação básica previamente selecionadas, que geralmente eram os espaços de atuação desses profissionais da educação.

As intervenções se deram por meio de oficinas desenvolvidas com os docentes, discentes e comunidade em geral, conforme pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 01 - Edições do Projeto Em favor da aplicabilidade da Lei 10.639/2003 na Educação Básica

Projeto	Ano	Objetivo	Instituição contempladas
Em favor da aplicabilidade da Lei 10.639/2003 na Educação Básica	2015	Formar educadores capazes de aplicar a Lei 10639/2003 na educação básica	Escolas de atuação dos cursistas da Especialização Uniafro ⁷
	2016	Formar educadores capazes de aplicar a Lei 10639/2003 na educação básica	Escolas selecionadas pelos cursistas do aperfeiçoamento Uniafro ⁸
	2017	Promover a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 nas escolas do Bairro Calafate, do município de Rio Branco.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Escola Estadual de Ensino Fundamental I Almada Brito ✓ Escola Estadual de Ensino Fundamental II e Médio Henrique Lima ✓ Escola Estadual de Ensino Fundamental II Edilson Façanha ✓ Escola Municipal de Ensino Fundamental I Ison Alves Ribeiro
	2018	Promover a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 nas escolas do Bairro São Francisco, do município de Rio Branco.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coordenadores pedagógicos da SEME; ✓ Curso de Pedagogia Fameta; ✓ Ensino Fundamental II do Cap; ✓ Ensino Médio da Escola Glória Perez; ✓ Escola Darquinho; ✓ Escola de Ensino Fundamental I Pimentel Gomes; ✓ Escola de Ensino Fundamental I Ruy Azevedo; ✓ Escola de Ensino Fundamental II Lindaura Martins Leitão; ✓ Pré-Enem da Aleac

Fonte: Autoral, baseado em dados fornecidos pelo Neabi/Ufac (2023)

As intervenções tinham como base orientadora os Cadernos de Orientações Curriculares (COCs) que fundamentavam o fazer pedagógico de todas as escolas, de acordo com o conteúdo de cada disciplina.

Outra ação desenvolvida desde 2016 é o curso Decolonizando a Academia: iniciação a pesquisas e epistemologias para promoção de igualdade racial em ambiente universitário, que tem como público-alvo os bolsistas e voluntários do LabODR/Neabi/Ufac⁹ – não restringindo a participação de outros sujeitos. O curso aborda temas pertinentes à promoção de igualdade racial, visando a superação dos racismos, conhecendo e reconhecendo-os em suas

⁷ Essa ação era uma política de formação continuada em Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) para professores.

⁸ O aperfeiçoamento foi pensando em caráter de extensão, aberto a todos os públicos.

⁹ Esse curso existe desde 2016, porém era denominado *Educação das relações étnico-raciais e suas práticas pedagógicas nas escolas do Estado do Acre*, mas com o mesmo objetivo: capacitar os bolsistas atuantes no laboratório. No decorrer do texto ao mencionarmos ODR, refere-se ao atual LabODR que antes não possuía o *status* de Laboratório de pesquisa.

perspectivas teóricas-metodológicas e técnicas, subsidiando os participantes para a desenvolverem mecanismo acadêmicos antirracistas.

Os conteúdos ministrados na formação visam subsidiar da melhor forma possível seus participantes, de modo que possam contribuir com a perspectiva antirracista em todos os espaços sociais. Assim, foram propostos alguns conteúdos, sendo eles: conceitos introdutórios sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais: panorama conceitual para compreender o racismo e suas diferentes manifestações no mundo e no Brasil; conhecimento sobre as ações afirmativas no Brasil, dando maior aprofundamento nas questões relacionadas ao Acre; compreensão sobre ferramentas tecnológicas em prol da promoção de igualdade racial nas universidades brasileiras, como o uso do *G-suite*, *Facebook*, *Blogs* e outras redes sociais; metodologias de pesquisa habitualmente utilizadas no meio acadêmico, a exemplo da entrevista, da pesquisa bibliográfica e documental, entre outras.

Tabela 02 – Cursos formativos promotores de igualdade racial

Ação	Ano	Objetivo
Orientações sobre Ações Afirmativas e reservas de vagas para alunos(as) do terceiro ano do ensino médio	2017	Orientar alunos de escolas públicas do terceiro ano do ensino médio sobre as políticas de ações afirmativas e sobre a Lei 12.711/2012 e eventuais dificuldades que venham a enfrentar ao ingressarem nos cursos da Universidade Federal do Acre.
Refletindo e (Re)aprendendo sobre as relações étnico-raciais para uma educação antirracista	2019	Formar profissionais para a educação das relações étnico-raciais e para a implantação do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na rede de educação básica do estado do Acre.
Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas da Universidade Federal do Acre como espaço de formações técnicas e remotas na luta por promoção de igualdade racial.	2020	Qualificar mão de obra técnica para ações de promoção de igualdade racial.

Fonte: Autoral, baseado em dados fornecidos pelo Neabi/Ufac (2023)

Os cursos oferecidos pelo Neabi em sua maioria são desenvolvidos para além da temporalidade desta pesquisa, sendo atualizados a cada edição para melhor capacitar os sujeitos e sujeitas sociais em prol de uma sociedade antirracista.

PESQUISAS PROMOTORAS DE IGUALDADE RACIAL

Ao que se refere a pesquisa, o Neabi conta com uma *Coordenadoria de Pesquisa*, responsável por agregar todos os trabalhos investigativos desenvolvidos pelos membros do núcleo, desde projetos institucionalizados, individuais dos integrantes vinculados a graduação ou a programa de pós-graduação. Algumas dessas pesquisas são apresentadas logo abaixo.

Tabela 03 – Projetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica

Nome do projeto	Ano	Objetivo
Filosofia Africana	2015-2016	Conhecer a filosofia africana e a sua importância como fundamento do conhecimento ocidental
Revisitando o currículo de história da educação básica do Estado do Acre através da lei 10.639/2003	2016-2017	Contribuir para o desenvolvimento de promoção de igualdade racial na escola, de forma que a lei 10.639/2003 tenha subsídios teórico-metodológico para ser cumprida de maneira eficiente no enfrentamento ao racismo.
Revisitando o livro de história da educação básica através da Lei 10.639/2003	2017-2018	Compreendendo que a Lei 10.639/2003 é um divisor de águas no ensino brasileiro e que após sua sanção todo o currículo de ensino deve ter sido transformado para fazer cumprir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, desde Referenciais Curriculares Estaduais até os livros didáticos das diversas disciplinas, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a participação do negro no livro de História da Educação Básica nos últimos dez anos e como a Lei 10.639/2003 tem influenciado a renovação do discurso a respeito desse sujeito no livro didático.
Observatório de discriminação racial do Estado do Acre na educação básica	2018-2019	O objetivo desta pesquisa é compreender as possibilidades de aplicação da Lei 10.639/2003 na Educação Básica.
Educação das relações étnico-raciais e suas práticas pedagógicas nas escolas do Estado do Acre	2020-2021	Analisar práticas pedagógicas de educação das relações étnico-raciais em escolas do Estado do Acre, em suas diferentes variações e tipos, bem como em suas possibilidades e dificuldades de serem implantadas e implementadas por profissionais em educação, que tenham formação mínima em educação das relações étnico-raciais, tendo em vista as próprias formações continuadas oferecida na região.

Fonte: Autoral, baseado em dados fornecidos pelo Neabi/Ufac (2023)

Essas ações têm contribuído para aprimoramento teórico-metodológico dos discentes iniciados na pesquisa, as quais produzem resultados importantes e possibilitadores para se pensar uma educação e políticas públicas antirracistas.

Em 2020 foi institucionalizado o *projeto de ensino-pesquisa intitulado: Pérolas Negras: afro-brasilidades e usos públicos da História* através de mídias sociais como

Youtube, Instagram e Whatsapp, também desenvolvido no contexto do Neabi. Este projeto buscou difundir na sociedade brasileira um pouco da história africana e afro-brasileira.

Tabela 04 – Produções em vídeo do Projeto Pérolas Negras

Episódio	Personalidade	Expositor
01	Quintino de Lacerda	Edward Oliveira
02	Arthur Timotheo da Costa	Wálisson Clister
03	Francisco José Chagas	Kennedy Alves
04	Maria Aragão	Beatriz Domingos
05	Sônia Rosa	Sara Pereira
06	Justiniano Climaco	Andrisson Ferreira
07	<i>Digo Luzia Pinta</i> ¹⁰	*25
08	Prata Preta	Danilo Nascimento
10	Domingos Caldas ¹¹	*27
11	Lucimar Rosa Dias	Sara Pereira
09	Henrique Dias	Kaliny Custódio
10	Eduardo das Neves	Edward Oliveira
11	Domingos Caldas	Saliza
12	Princesa Otempe	Alonita Martinha
13	José Maurício Nunes Garcia	Kaliny Custódio
14	Manoel da Motta Monteiro Lopes	Maya Dourado
15	JB Costa	Beatriz Domingos
16	Rosa Maria Egipcíaca	Saliza

Fonte: Autoral, baseado em dados fornecidos pelo Neabi/Ufac (2023)

Utilizando-se de um referencial teórico-metodológico decolonial e da História Pública, a pesquisa nos apresenta personalidades negras que foram protagonistas em suas épocas, mas que foram ‘apagadas’, deixadas na ‘margem da história’ devido ao racismo estrutural. Essas histórias são apresentadas como uma forma de dar o devido reconhecimento a esses homens e mulheres.

Buscando suprir a carência de dados, o projeto utilizou-se do gênero literário poema para contar a história de algumas dessas personalidades. Serviu-se também das ilustrações para vencer as carências de materiais iconográficos de alguns sujeitos e sujeitas da história.

O Projeto, deu visibilidade a personalidades ainda atuantes, chamando-as de “Pérolas Vivas”. Por meio dele são contadas as lutas desses homens e mulheres por uma sociedade antirracista, como por exemplo, Sônia Rosa e Lucimar Rosa Dias, grandes mulheres negras,

¹⁰ O formato para apresentação dessa personalidade foi uma **performance poética** tendo como elenco as integrantes do projeto: Alonita Martinha (atriz, produção artística e voz), Mara Mattero (Produção e direção audiovisual) e Celeste Magalí (texto). (Neabi/Ufac, 2021)

¹¹ A organização e apresentação dessa personalidade foi uma **animação**, por não ter muitas fotos/iconografia desse sujeito invisibilizado pela história tida como oficial. Os responsáveis pela produção foram os participantes do projeto: Leandre (Música), Lembá Reis (ilustrações) e Daniel Lauacas (animação e edição). (Neabi/Ufac, 2022).

intelectuais empoderadas que viram na literatura infantil uma importante ferramenta na luta contra o racismo.

Apesar do fim do projeto enquanto ação institucional, o Pérolas Negras ainda publiciza seus vídeos, pois a ação vai além da universidade: é um ativismo social voltado a dar visibilidade a todas as personagens que o projeto se propôs a incorporar.

EXTENSÕES PROMOTORAS DE IGUALDADE RACIAL

A extensão promovida pelo Neabi segue as orientações descritas no Regimento Geral da Ufac, conforme descrito nos parágrafos do art. 385:

§ 1º As atividades de extensão poderão ser organizadas apenas pela universidade ou em parceria com outros órgãos, atentando-se para que **estejam sempre fundadas nas necessidades e expectativas reais dos segmentos de base da comunidade.**

§ 2º A universidade, quando da execução de atividades de extensão de sua iniciativa, buscará o necessário apoio nos demais órgãos da comunidade em todos os passos de sua realização, **visando à integração social.**

§ 3º A universidade prestará todo apoio, dentro dos limites de sua competência, às iniciativas de natureza extensionista, oriundas dos demais órgãos da comunidade.

§ 4º **A extensão deve viabilizar aquelas atividades de ensino, estando estas ou não dentro das previsões estritas da grade curricular,** atendendo à solicitação do âmbito comunitário, tanto para adequação do próprio ensino da universidade, como em atendimento aos anseios de setores da comunidade.

§ 5º **A extensão deve difundir aquelas atividades de pesquisa** que, além do cunho estrito da investigação científica, possibilitem a melhoria das condições socioeconômicas e culturais da comunidade.

§ 6º As atividades extensionistas serão orientadas para **promover a interação dos diferentes segmentos da própria universidade,** em benefício da convergência de ações dos Centros, buscando a unidade da comunidade universitária para uma participação integral e produtiva no processo de desenvolvimento comunitário (Ufac, 2015, p. 101, grifo nosso).

É dentro da perspectiva de difusão de conhecimentos pautados em uma educação antirracista e desenvolvida de forma coletiva é que se fundamentam as ações aqui apresentadas.

O Curso de extensão *Escrevivência como enfrentamento ao racismo: metodologia de artigo aplicada a escrita de artigo com ênfase em recorte étnico-racial* foi uma ação desenvolvida no ano de 2017, **aprovada sem financiamento no edital n. 003/2017 – fluxo contínuo/ curricularização**, ministrada pelo professor e mestre Jorge Fernandes da Silva, no intuito de capacitar bolsistas e voluntários do Observatório de Discriminação Racial (ODR) para que, através da escrita de artigos científicos, fossem capazes de enfrentar o racismo por meio do “campo das letras”.

Essa ação foi ministrada de agosto a setembro de 2017, dividida em cinco encontros, tendo como proposta compreender o que era um artigo científico, sua importância, conhecer os trabalhos já publicados, aprender o passo a passo para construção de um texto de cunho científico e inteirar-se a respeito de editais e convocatória de publicações.

A metodologia empregada nesta atividade baseou-se em aulas expositivas-dialogadas, onde a cada etapa ministrada a respeito do artigo científico era solicitado que o cursista produzisse o seu próprio material. Assim, ao final de cada aula, havia a socialização e correção coletiva do texto a partir de comentários feitos pela turma. O curso teve 37 concludentes, sendo compostos por bolsistas, voluntários do Observatório e comunidade acadêmica em geral.

No mesmo ano foi ofertado o curso *Pesquisa étnico-racial como enfrentamento ao racismo*, uma ação desenvolvida no ano de 2017, **aprovada sem financiamento no edital n. 003/2017 – fluxo contínuo/ curricularização**. Esta atividade foi realizada a partir da parceria entre ODR/Ufac e Fórum Permanente de Educação Étnico-Racial do Estado do Acre (FPEER/AC), organizações essas que visavam a produção de indicadores sociais capazes de subsidiar políticas públicas de promoção de igualdade racial.

A metodologia desenvolvida adotou o uso de oficinas que trataram do contexto histórico da população brasileira em consonância com questões técnicas aplicadas às pesquisas científicas. As oficinas foram ofertadas aos sábados, nos meses de junho e julho. Pautada na construção coletiva de conhecimento, as atividades se desenvolveram no formato de apresentação expositiva-dialogada de filmes, documentários, textos, imagens, onde todos puderam participar do processo de ensino e aprendizagem.

As práticas foram elaboradas a partir dos seguintes conteúdos: Do preconceito ao conceito e à política de ações afirmativas (Esp. Maria das Dores Barbosa Eusébio); Crimes Raciais: injúria racial imprescritível e inafiançável (Adv. Lúcia Maria Ribeiro de Lima); Técnicas de história oral na pesquisa étnico-racial (Profa. Dra. Teresa Almeida Cruz); Utilização de instrumentos e procedimentos técnicos de pesquisa étnico-racial (Prof. Me. Jorge Fernandes da Silva); Entre diálogos: a pesquisa étnico-racial e o documento (Profa. Dra. Geórgia Pereira Lima); Análise do discurso racial no Brasil (Profa. Ma. Ceildes da Silva Pereira e Profa. Ma. Flávia Rodrigues Lima da Rocha); Racismo institucional do Brasil (Profa. Esp. Elza Neves Lopes). A ação extensiva teve 41 concludentes, dentre discentes, docentes e comunidade externa.

Para além dos pilares institucionais – mas não dissociando-os – o Neabi, desde sua gênese promove eventos e organiza materiais que busca promover uma educação antirracista, pensar as políticas de promoção de igualdade racial e combater qualquer forma de preconceito.

Tabela 05 – Eventos do Neabi/Ufac

Nome do projeto	Ano	Objetivo
I Semana em Favor de Igualdade Racial	2015	
II Semana em Favor de Igualdade Racial	2016	
III Semana em Favor de Igualdade Racial	2017	Fomentar discussões sobre práticas de promoção de igualdade racial, que possibilitem enfrentar o racismo em diferentes instituições e instalar relacionamentos étnico-raciais mais democráticos nos diferentes espaços.
IV Semana em Favor de Igualdade Racial	2018	
V Semana em Favor de Igualdade Racial	2019*	
VI Semana em Favor de Igualdade Racial	2020	Fomentar discussões sobre práticas de promoção de igualdade racial, que possibilitem enfrentar o racismo em diferentes instituições e promover reflexões sobre a necessidade de uma reeducação das relações étnico-raciais, para uma sociedade mais democrática.
II Novembro Negro	2019	

*Ações desenvolvidas sem financiamento

Fonte: Autoral, baseado em dados fornecidos pelo Neabi/Ufac (2023)

Essas ações tiveram continuidade após a temporalidade desta pesquisa, agregando outras ações e atividades: Novembro Negro III, Semana em favor de igualdade racial VII e VIII Seminário de Pesquisa Neabi/Ufac I e II e outros(as) docentes agregaram no grupo com novas iniciações científicas.

Além deste universo de projetos e ações, o Neabi/Ufac ainda é responsável pela editoração e publicação da *Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir)*, periódico digital, inicialmente semestral, mas que passou em 2020 a ser quadrimestral.

A revista já publicou 10 edições, perfazendo mais de uma centena de artigos e resenhas divulgadas, com autorias de diferentes partes do país, com conteúdos relacionados à temática da igualdade racial. Tem por objetivo mobilizar e massificar produções científicas que almejam a promoção de igualdade racial com a difusão de uma educação antirracista.

Das edições publicadas, considerando o marco temporal desta pesquisa temos os seguintes dados:

Tabela 06 – Produções da Refir e Sefir

Produções da Revista em Favor de Igualdade Racial			
Número da edição	Ano	Nome	Quantidade de trabalhos
V.01, N.01	2018	História e Cultura Africana e Afro-Brasileira na Educação Básica	11
V.02, N.01	2019	16 anos da Lei 10.639/2003	11
V.02, N.02	2019	Raça, Gênero e Educação: contextos de lutas e resistências negras e indígenas	11
V.03, N.01	2020	Relações Étnico-Raciais: História, Cultura, Linguagens e Educação	10
V.03, N.02	2020	Diálogos sobre relações étnico-raciais	12
V.03, N.03	2020	Experiências e escritos antirracistas	15
Cadernos de Resumos da Semana Em Favor de Igualdade Racial			
Edição			Ano
Caderno de Resumos da I Semana em Favor da Igualdade Racial			2015
Caderno de Resumos da VI Semana em Favor de Igualdade Racial – Epistemologias Negras e Indígenas: Educação, Resistências e Pluralidades			2020

Fonte: Autoral, baseado em dados fornecidos pelo Neabi/Ufac (2023)

A *Revista Em Favor de Igualdade Racial (Refir)* surgiu por iniciativa de professores, pesquisadores e ativistas do Movimento Negro Educador do estado do Acre, com o objetivo inicial de disseminar os trabalhos, pesquisas, artigos, resumos apresentados durante o evento *Semana Em Favor de Igualdade Racial (Sefir)*, fomentando assim discussões a respeito das práticas de promoção de igualdade racial como possibilitadoras de enfrentamento ao racismo e preconceito em diferentes espaços sociais, promovendo reflexões sobre a necessidade uma reeducação das relações étnico-raciais, potencializando e fomentando cada vez mais a sociedade democrática com saberes plurais e diversos.

A Refir surge no intuito de suprir a necessidade de se ter um espaço/revista no qual os discentes do curso de história, pesquisadores do ODR e outros sujeitos e sujeitas ligados a movimentos sociais pudessem publicar e divulgar seus trabalhos e pesquisas, desconsiderando as questões de titulação acadêmica, fator relevante na maioria das revistas acadêmicas. A democratização da educação e a promoção de uma educação antirracista são os alicerces desse periódico.

Para além da revista, que é comandada pela coordenadoria de Publicações, os trabalhos apresentados dentro dos Grupos de Trabalho (GTs) do evento Semana em favor de igualdade racial tem composto Caderno de Resumos que tem sido publicado pela Editora da Ufac (Edufac) em formato de *e-books*¹². Para além dessas produções, outras tem sido produzida pelo núcleo.

¹² Os cadernos de resumos do evento Semana Em Favor da Igualdade Racial podem ser encontrados em: <http://www2.ufac.br/editora/menu/anais-e-cadernos-de-resumos>. Acesso: 17 ago. 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que diz respeito ao Neabi/Ufac, no processo de implementação de políticas de promoção de igualdade racial, usamos como pilar teórico produções dos membros do núcleo, a exemplo de Rocha e Braga (2016), com “Os reflexos do preconceito na escola e sua influência na aprendizagem do aluno”; Fernandes e Albuquerque (2020), em “Políticas de ações afirmativas: legalidades e legitimidades na formação de professores”; França e Albuquerque (2021), com o texto “Reflexões sobre o ‘re-imaginar a Amazônia’ sul ocidental e ‘decolonização da escrita’ a partir de pesquisas sobre formação de professores e relações étnico-raciais”; Rocha, Silva e Martins (2022), com o artigo intitulado “O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas como promotor de igualdade racial na Ufac”; e Silva, Rocha e Martins (2022) em “O uso do “blackface” como prática pedagógica nos anos iniciais da Educação Básica”. Essas produções foram de suma importância para compreendermos os Neabi como potencializadores de políticas de ações afirmativas na universidade e na educação básica.

Esse desenvolvimento de EREER pode ser contemplada em suas ações, sejam elas do ensino, da pesquisa ou da extensão, materializadas em seus eventos, formações, orientações, publicações, tanto em anais de eventos, periódicos científicos como na organização de livros.

O Neabi/Ufac é, portanto, tanto um espaço seguro quanto um polo propulsor de ações e cobranças internas à instituição para a implementação do que preconiza a Educação da Relações Étnico-Raciais. Tal como apresentado, essa teia de comunicação construída entre o Neabi/Ufac e com outras instituições tem consolidado a qualificação de um grupo de docentes e acadêmicos da Ufac, incentivando a produção científica, constituindo redes de cooperação. Nesse sentido, este texto não deixa dúvidas quanto à diversidade de ações desenvolvidas pelo Neabi, todas com muita importância.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei 10.639/2003**. Brasília: Senado Federal, 2003.

BRASIL. **Lei 11.645/2008**. Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL. **Lei n. 9.394/1996**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, 1996.

CARMO, Kaliny Custódio do. **Movimento negro no estado do Acre: entre desafios, avanços e resistências**. Monografia (Graduação) - Universidade Federal do Acre, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Bacharelado em História. Rio Branco, Acre, 2021.

DYBAX, Vanessa. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE: produções didático-pedagógicas**, volume 2, Curitiba, Paraná, 2016. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_pdp_arte_unespar-curitibai_vanessadybaxcortes.pdf. Acesso: 28 ago. 2023.

FRANÇA, Jardel Silva; ALBUQUERQUE, Nedy Bianca Medeiros de. Reflexões sobre o “re-imaginar a amazônia” sul ocidental e “decolonização da escrita” a partir de pesquisas sobre formação de professores e relações étnico-raciais. **Jamaxi** (Jul-Dez), v. 5, n. 1, 2021.

GOMES, Nilma Lino. Limites e Possibilidades da implementação da lei 10.639/03 no contexto das políticas públicas de educação. In PAULA, Marilene de & HERINGER, Rosana. Caminhos Convergentes: Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll/ ActionAid, 2009.

OLIVEIRA, Paulo José de. **Cartografia Temática**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2009. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/08542003102012Cartografia_Tematica_aula_1.pdf. Acesso: 28 ago. 2023.

ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da; BRAGA, Nayra Lima. Os reflexos do preconceito na escola e sua influência na aprendizagem do aluno. **RELPE**, Arraias (TO), v. 2, n.2, p. 14-35, 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/relpe/article/view/13491/19393>. Acesso: 5 maio 2022.

ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da; SILVA, Andressa Queiroz; MARTINS, Wálisson Clister Lima. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas como promotor de igualdade racial na ufac. **SAJEBTT**, Rio Branco, UFAC, v. 7 n. 2 (2020): Edição mai/ago, p. 616-632. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT/article/view/3432/2538>. Acesso: 05 maio 2022.

SILVA, Andressa Queiroz; ROCHA, Flávia Rodrigues Lima da; MARTINS, Wálisson Clister Lima. O uso do "blackface" como prática pedagógica nos anos iniciais da Educação Básica. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, SP, v. 61, n. 1, p.148-162, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8662077/28539>. Acesso: 05 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Conselho universitário. **Resolução n. 44 de 20 de agosto de 2019**. Altera o nome do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros - Neab/Ufac. Rio Branco, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. Conselho universitário. **Resolução n. 48 de 22 de novembro de 2018**. Aprova a criação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) na Universidade Federal do Acre. Rio Branco, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE. **Regimento Geral da Universidade Federal do Acre**. Rio Branco: Ufac, 2013. 120f. Disponível em:
<https://www.ufac.br/transparencia/sobre/documentos/documentos/regimento-geral-da-ufac>.
Acesso: 01 set. 2023.